

II Jornadas de Timor da UP

TEMA I - CONTEXTO INTERNACIONAL

Adriano Moreira (Deputado)

TIMOR - CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 - A questão de Timor é ao mesmo tempo um problema face à consciência nacional portuguesa, e um embaraço para a falta dela no que respeita aos interesses dos grandes poderes. Interesses que ainda se abrigam no invocado perigo comunista, num território situado na linha do cordão sanitário instalado depois da rutura da grande aliança que ganhou a guerra. O regime da potência agressora de Timor, que é a Indonésia, teimosamente negando, nas recentes memórias de Suharto, que se tenha instalado por um golpe de força, apresenta sempre o comunismo como o perigo latente e não faltam notícias de um recrudescimento da caça às feiticeiras. Para usar algum conceito que ajude a entender os procedimentos do regime, trata-se de um dos já talvez raros exemplos de Estado de segurança nacional: o exército no poder, o inimigo identificado no comunismo, ensaios inconsequentes de liberalização, necessidade assumida de segurança contra a agressão que poderá vir de santuários externos. É neste ponto que a resistência em Irian e a resistência em Timor deveriam levar a comunidade internacional a exigir um ponto final nos excessos de uma soberania demasiadamente cenográfica.

A referência à resistência em Irian, metade ocidental da ilha de Nova Guiné, conduzida pela OPM - Organização para a independência da Papuasias, é necessária para entender que o caso de Timor não é o de uma ameaça específica assumida pela Indonésia, é sim a expressão de uma política externa com um horizonte definido. Tal política é o segundo passo da reivindicação territorial global.

Primeiro, na própria ONU, a Indonésia proclamava que se submetia à regra das autodeterminações coloniais, a qual era de

receber e assumir as fronteiras definidas pelo poder colonizador em retirada. Nesse tempo fazia empenho em mostrar-se obediente ao código de boa conduta, rejeitando expressamente pretensões sobre o Timor então português, para assim fortalecer a que tinha sobre a Nova Guiné.

Teve ganho de causa na pretensão, e não hesita em fazer incursões no Papuásia Nova-Guiné, independente desde 1975, em perseguição dos insurgentes de Irian. Não é um facto ignorado que os papuas receiam ter o destino dos aborígenes australianos. O facto de a soberana da Papuásia Nova-Guiné ser Isabel II de Inglaterra não dá segurança ao governo de Port-Moresby.

2 - No caso de Timor-leste, o inimigo habitual do Estado de segurança nacional também foi invocado na data da descolonização revolucionária portuguesa, apontando-se o perigo de ali se constituir um santuário ou um foco, conforme a modalidade que a guerrilha viesse a assumir. Tudo poderia ter o aspecto de uma operação de polícia, sem fundamento no direito internacional, mas derivada do interesse da segurança. Um acto de polícia, abusivo em si mesmo, não implica a aquisição do território, mesmo que se trate de ocupação como foi o caso.

Ainda que se tratasse de conquista, o que não foi invocado, ela não é título de aquisição do território, pelo menos desde o Pacto da Sociedade das Nações, da Carta das Nações Unidas e do Tratado Geral de Renúncia à Guerra. Podemos adoptar a prudência de Lauterpacht, segundo o qual o título da conquista continua válido nos casos em que o Estado conquistador não está obrigado pela Carta das Nações Unidas ou pelo Tratado geral de Renúncia à Guerra ou

quando, mesmo obrigado, o recurso à guerra não é, pela sua parte, ilegal. Neste caso, tais pressupostos não se verificam.

3 - A situação parece, pelo contrário, estar enquadrada nas referências normativas da Carta da ONU que a seguir se indicam.

Primeiro, a ONU desenvolveu um contencioso com o governo de Portugal sobre a aplicação ao ultramar português do disposto no capítulo XI da Carta: Declaração sobre os territórios não autónomos. O governo português entendia que a sua estrutura política estava salvaguardada pelo artigo 2 (7) da Carta, visto a considerar de jurisdição interna; a ONU sustentou durante anos a aplicabilidade dos procedimentos referentes à descolonização e acabou por firmar uma maioria nesse sentido, em 1961. Desde então, e no rigor político da Carta, era o Estado Português que não acatava o normativismo da organização.

Depois da Revolução de 1974, e em consequência dos novos dispositivos constitucionais portugueses, as teses coincidiram. Timor ficou portanto enquadrado no Capítulo XI da Carta, e Portugal assumiu o estatuto de potência administradora, com expressão na própria Constituição da República. E também sob o regime do Capítulo XII, Sistema do Fideicomismo Internacional. E aqui parece que o acordo expresso e detalhado não foi elaborado, mas é patente e irrecusável que as relações entre a ONU, o Estado Português e Timor, estão a ser desenvolvidos no quadro costumeyro do fideicomismo, e que Portugal não tem outro título que não seja o de mandatário da comunidade internacional. As deficiências formais, se existem podem ser supridas a todo o tempo, porque os aspectos processuais não afectam a relação substantiva que, de acordo com a Carta, não pode ser outra.

4 - Uma das funções e poderes da Assembleia Geral e, sob a sua autoridade, do Conselho de Tutela (artº. 87) é: "providenciar visitas periódicas aos territórios em fideicomisso nas datas acordadas com a autoridade administradora". Nada, na Carta, consente que uma acção dos membros da Organização impeça a total aplicação do programa de descolonização. Ao contrário, qualquer acto contrário a esse objectivo viola a Carta, e a questão é directamente entre a ONU e o rebelde ao direito internacional. Ainda que se tratasse de uma hipótese fora do enquadramento legal dos fideicomissos, sempre haveria violação da Carta, e então a questão seria inevitavelmente da competência do Conselho de Segurança. Parece muito difícil sustentar que um genocídio não é uma caracterizada agressão, porque claramente se trata de um crime contra a Humanidade.

5 - Estas referências propositadamente breves, destinam-se fundamentalmente a recomendar um total repúdio do processo internacional em curso que leva a considerar a questão de Timor como sendo exclusivamente entre Portugal e a Indonésia. A querer que o seu desfecho seja a conclusão de um contencioso entre a antiga potência colonial e o invasor. Portugal não pode exercer, e terá de o fazer dentro dos extremos limites da sua capacidade, mais do que os frágeis poderes de potência administradora. Mas a potência administradora actua em nome dos interesses mundiais confiados à guarda e acção da ONU. Esta organização é a responsável directa pela descolonização, pelo repúdio da agressão, pela luta contra o genocídio e outros crimes contra a Humanidade. Não lhe pode ser consentido que aliene a sua intervenção e responsabilidade numa espécie de mediação, sem fundamento, entre Portugal e a Indonésia. A ONU não é mediadora, é titular directa de um interesse - a autodeterminação

dos povos - responsável por uma situação internacional - a paz - , obrigada a procurar restaurar a independência dos povos subjugados, à rejeição da conquista. Não é lícito entender que a questão é entre Portugal e a Indonésia. É entre a Indonésia e a Comunidade Internacional representada pela ONU, com uma potência administradora cuja incapacidade não é dela, é da comunidade em nome da qual intervem. O povo de Timor conta com o escrupuloso desempenho das obrigações administradoras de Portugal: mas não pode absolver das obrigações fundamentais a própria Comunidade Internacional que a ONU representa.

Adriano Moreira